

A produção textual e sua avaliação no material didático de Língua Portuguesa do Programa Brasil na Escola: da perspectiva teórica à utilização em contexto escolar

Andreia Queiroz QUADROS¹
 Carla Vitória Gomes de CASTRO²
 Dhyonatan da Silva de MIRANDA³
 Thiago Gabriel Machado dos SANTOS⁴
 Maria da Conceição AZEVEDO⁵

Resumo: Neste trabalho, enfoca-se o eixo da produção textual no material didático de Língua Portuguesa do Programa Brasil na Escola, com um duplo objetivo: identificar a abordagem teórica subjacente às propostas de produção de texto, incluindo a forma de avaliação prevista; averiguar as possibilidades de utilização desse material, a partir das perspectivas de monitores voluntários, considerando o contexto educacional em que as práticas textuais se inserem na realidade das escolas estaduais e municipais onde atuam. Para isso, realizou-se um estudo do referido documento, bem como um levantamento de dados por meio da aplicação de questionário a três monitores que atuam no programa, em diferentes instituições de ensino do município de Capanema, PA, a partir da sua experiência com a utilização do material. Verificou-se que as concepções de língua e de texto adotadas na abordagem da produção textual e de sua avaliação, no material didático analisado, conflituam com as concepções emergentes no contexto escolar e com as condições estruturais das instituições em que atuam os monitores, o que gera dificuldades na sua efetiva orientação e aplicação.

Palavras-chave: Programa Brasil na Escola; Produção textual; Avaliação.

Introdução

Desenvolvido com o intuito de auxiliar a garantir a permanência e as aprendizagens de forma isonômica e na idade adequada, o Programa Brasil na Escola dirige-se a estudantes dos anos finais do ensino fundamental das escolas públicas estaduais e municipais do país. Como parte da proposta do programa, o corpo docente é formado por monitores voluntários⁶ que ocupam funções administrativas e/ou pedagógicas. Ao atuar como docentes, esses monitores

¹ Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará, Campus de Capanema. E-mail: andreiaquadros.com@gmail.com

² Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará, Campus de Capanema. E-mail: vitoriagcarla.18@gmail.com

³ Graduado em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará, Campus de Capanema. E-mail: dhyonata56silva@gmail.com

⁴ Pós-graduando Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL/UFPA), na área de Estudos Literários. Graduado em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará, Campus de Capanema. E-mail: gabrielthiago962@gmail.com

⁵ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará (FALE/UFPA), no Campus de Bragança. E-mail: cazevedo@ufpa.br

⁶ Esclarecemos que a utilização de substantivos como “monitores”, “alunos”, no masculino singular, bem como sua respectiva adjetivação, ao longo do texto, devem ser compreendidas sem nenhuma conotação de hegemonia de um gênero humano sobre outro. A opção por manter os termos no masculino singular advém de uma escolha meramente textual e pretende abranger as pessoas independentemente de seu gênero.

recebem um material didático personalizado, previamente elaborado a partir dos resultados de avaliações governamentais, de acordo com os níveis em que os alunos que o utilizarão se encontram.

O material didático fornecido aos monitores voluntários do Programa Brasil na Escola compreende os principais eixos do ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa no âmbito da educação básica nacional: oralidade, leitura, análise linguística e produção textual. Instituído pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 177, de 30 de março de 2021⁷, o programa preocupa-se com a permanência, a progressão e as aprendizagens, de forma equitativa e na idade adequada, dos alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental. Essa preocupação desencadeia uma articulação da federação com os estados e municípios no intuito de gestar a ação de políticas públicas voltadas para a educação municipal e estadual no contexto pós-pandêmico. Diante disso, o programa, valendo-se de avaliações nacionais como as aplicadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), propôs o ensino personalizado das áreas de Língua Portuguesa e Matemática a partir dos resultados da avaliação das escolas no ranking do SAEB.

No âmbito de Língua Portuguesa, o material didático elaborado pelo Programa Brasil na Escola estrutura-se através da progressão das habilidades descritas em cada grupo e solicitada aos alunos ao longo das atividades disponíveis no instrumento didático. De atividades centradas na simples detecção de informações explícitas na superfície textual, por parte dos estudantes, passa-se, de maneira gradual, às propostas de elaboração de gêneros textuais como o infográfico, o diário pessoal e a resenha. A aplicação dessas atividades aos alunos prevê sua mediação por parte do monitor, no contexto da sala de aula.

A realização do Programa Brasil na Escola, no entanto, não se funda somente no material fornecido pelo governo federal, dependendo de sua efetiva utilização. A ação dos monitores nas salas de aula, por sua vez, está submetida à estrutura das instituições escolares e ao contexto das concepções preponderantes bem como das práticas situadas e construídas nesses ambientes de ensino. Nesse sentido, pressupomos que o processo de elaboração e de propagação do material didático nos estados e municípios desconsidera os diferentes contextos escolares, tanto em relação às suas estruturas, quanto às concepções e práticas de oralidade, leitura, análise linguística e produção textual aí instituídas.

Dos eixos empreendidos pelo material didático ofertado pelo programa, voltamo-nos, especificamente, para o eixo da produção textual. A relação que buscamos estabelecer nesta

⁷ Informações sobre o programa constam no endereço: <https://www.gov.br/mec/pt-br/brasil-na-escola>
Revista A Palavrada (ISSN 2358-0526), 25, jan-jun, p. 11-21, 2024 - 1ª edição

pesquisa principia pelas eventuais diferenças entre a perspectiva teórica subjacente à abordagem adotada nesse material e aquela observável no âmbito das práticas arraigadas na escola de ensino básico. Para isso, consideramos o contexto escolar, do ponto de vista tanto das suas condições estruturais, quanto na perspectiva dos modos como essa esfera educacional, em que o professor interage com os alunos, na sala de aula, influencia na realização das propostas do material didático, já que é nesse espaço de atuação que os monitores circulam e interagem com concepções e práticas de produção textual já consolidadas.

Diante disso, este trabalho desdobra-se a partir de um duplo objetivo: a) identificar a abordagem teórica subjacente às propostas de produção textual do material didático do Programa Brasil na Escola, incluindo a forma de avaliação prevista; b) averiguar as possibilidades de utilização desse material, a partir das perspectivas de monitores voluntários, considerando o contexto educacional em que as práticas textuais se inserem na realidade das escolas estaduais e municipais onde atuam.

Consideramos, nesse cenário, a hipótese de que a aplicação do material didático propiciado pelo programa em questão conflitua com as particularidades do contexto escolar (a sua estrutura física, o tempo disponível, a quantidade de alunos etc.) e, por isso mesmo, os monitores encontram dificuldades na orientação e na avaliação das produções textuais consoante as propostas e direcionamentos contidos nesse material. Para investigar a aceitabilidade da hipótese aludida, produzimos e aplicamos um questionário a três monitores atuantes em diferentes escolas estaduais do município de Capanema, PA, dividido em quatro eixos principais: a) dados pessoais, b) questões relativas ao material didático, c) perguntas direcionadas ao eixo de produção textual e d) questionamentos quanto ao contexto escolar. Mobilizamos, do ponto de vista teórico, contribuições de Antunes (2003), Marcuschi (2007), Geraldi (2011) e Britto (2011), para embasar o estudo.

Apontamentos teóricos e procedimentos metodológicos adotados

Antunes (2003), Marchuschi (2007), Geraldi (2011) e Britto (2011) são concordes quanto à afirmação de que as práticas de produção textual nas escolas de ensino básico constituem-se de modo artificial e generalista, ignorando particularidades inerentes à língua, tais como “a sua funcionalidade, a subjetividade de seus locutores e interlocutores e o seu papel mediador da relação homem-mundo” (BRITTO, 2011, p. 98). Diante disso, consideram,

no cenário mencionado, a produção textual como exercício artificial de linguagem e propõem uma maneira de visualizar o texto a partir da concepção de que “a atividade de escrita é, então, uma atividade interativa de expressão” (ANTUNES, 2003, p. 45). Enxergam, dessa maneira, a necessidade de que ao aluno seja devolvido o direito à palavra (GERALDI, 2011), obsequiando-lhe o “ter o que dizer” (ANTUNES, 2003, p. 45), a fim de que, finalmente, “possamos um dia ler a história contada, e não contada, da grande maioria que hoje ocupa os bancos das escolas públicas” (GERALDI, 2011, p. 101).

Uma breve análise do material didático de Língua Portuguesa do Programa Brasil na Escola possibilita a percepção de que este encontra-se em afinidade com a concepção de língua e de texto subjacente aos apontamentos dos autores supracitados, centrada basilamente em uma perspectiva sociointeracional e dialógica de linguagem.

Compactuando com essa postura diante da língua e do texto, Marchuschi (2007, p. 62) desenvolve algumas reflexões sobre o texto escolar e sua avaliação, usando o termo “texto escolar” para se referir, como ela mesma esclarece, “ao gênero textual produzido pelo aluno com fins pedagógicos, a já conhecida redação”.

Segundo a autora, o gênero “redação escolar”, quando tornado objeto de ensino, engloba dois subgrupos, denominados “redação clássica ou endógena” e “redação mimética” (MARCUSCHI; CAVALCANTE, 2005 apud MARCUSCHI, 2007, p. 62). A estudiosa contrapõe os dois subgrupos, bem como o processo de avaliação da produção textual que cada um deles pressupõe. Não excluindo um subgrupo em virtude da utilização do outro, já que ambos abarcam textos que se encontram em produção e circulação na escola e caracterizam-se como objetos de ensino, a autora busca esclarecer quais bases sustentam a distinção entre ambos. De forma resumida, podemos afirmar, com base na exposição de Marcuschi (2007), que a redação clássica se assenta em perspectivas de língua e de texto amputadas dos seus contextos de produção e interação, nas quais o texto é considerado um produto acabado, sem interlocutor real, voltado, demasiadamente, ao modo como se diz e não ao que é dito, e sua avaliação se dá de forma finalística e classificatória. Neste caso, “o estudante limita-se a produzir um ‘texto escolarizado’, ou seja, uma redação que se configura pela precariedade de suas condições interativas e dialógicas, na medida em que a escrita é feita **da** e **para** a própria escola” (MARCUSCHI, 2007, p. 64, grifos da autora). Assim produzido, o texto caracterizado como redação clássica geralmente recebe do professor “uma avaliação de natureza somativa” (MARCUSCHI, 2007, p. 64).

Em síntese, podemos afirmar, com base nessa perspectiva, que a chamada redação escolar clássica, em oposição à redação mimética (MARCUSCHI, 2007), configura-se como uma produção textual deslocada de um contexto de produção real e com objetivos avaliativos puramente classificatórios, com vistas a uma homogeneização do processo de ensino-aprendizagem.

Já a chamada redação mimética insere-se em uma guinada teórica diante da língua e do texto que pressupõe uma avaliação de cunho formativo, por meio do entendimento de que a elaboração textual precisa simular as condições reais de produção (planejamento, escrita, reescrita, revisão etc.) dos gêneros extraescolares no contexto escolar. Neste caso, a produção escrita de textos pelo aluno no espaço escolar busca incorporar as condições de produção e circulação desses textos no espaço extraescolar, mesmo que, não sendo possível vivenciar essa produção em seu contexto direto, isso se dê por meio de experiências vivenciadas “no âmbito do simbólico” (MARCUSCHI, 2007, p. 64). Portanto, a produção de textos, na perspectiva adotada, “precisa fazer sentido para o aluno” (MARCUSCHI, 2007, p. 65).

Para Marcuschi (2007, p. 66), o processo de avaliação dos textos dos alunos, na redação mimética, está pautado na reflexão sobre os saberes construídos, visando à revisão tanto do ensino quanto da aprendizagem, não cabendo, neste caso, a mera identificação de “erros”, a fim de estabelecer uma medida para o que o aluno já sabe: “A avaliação é dinâmica e passível de alterações, estando sujeita a versões variadas (mas não infinitas), culturalmente situadas, no decorrer do processo interacional”. Como é possível deduzir, a proposta avaliativa requerida na adoção da redação mimética representa um rompimento com a perspectiva quantitativa, sendo, pois, “elaborada com base em um discurso reflexivo e crítico da concepção de avaliação somativa, fundada na mensuração de resultados” (MARCUSCHI, 2007, p. 66).

Com base nesses pressupostos teóricos, brevemente apresentados, pretendemos, neste trabalho, por meio de uma abordagem qualitativa (PRODANOV; FREITAS, 2013), averiguar aspectos relativos tanto ao eixo de produção textual do material didático do Programa Brasil na Escola, quanto à abordagem adotada e concepções de língua e de texto, complementarmente, de avaliação da produção textual aí subjacentes, ao contexto em que se deu a atuação voluntária de alguns monitores no contexto escolar, no que tange às suas percepções com base na utilização desse material em sala de aula e às eventuais interferências das condições estruturais e das práticas arraigadas nessa esfera na realização das produções textuais solicitadas.

Para isso, foi realizada uma análise do material didático de Língua Portuguesa do programa governamental, a qual serviu de base para compreensão de quais eixos o constituíam, qual a concepção de língua adotada nas mais diferentes tarefas e módulos propostos e, a partir daí, qual a concepção de leitura, oralidade, análise linguística e, especificamente, a de produção textual que subsume as práticas de ensino e de avaliação de Língua Portuguesa do programa.

Complementarmente, foi aplicado um questionário, utilizando o aplicativo *Google Forms*, a três monitores que atuaram como professores voluntários do Programa Brasil na Escola, em diferentes escolas de Capanema, PA. O questionário constituiu-se em torno de quatro eixos (dados pessoais, questões relativas ao material didático, perguntas direcionadas ao eixo de produção textual e questionamentos quanto ao contexto escolar), contendo, no total, 18 perguntas (4 de múltipla escolha e 12 discursivas).

Diante disso, os autores referenciados auxiliaram na compreensão do papel da produção textual e sua avaliação no cenário escolar e as dificuldades encontradas na aplicação de posturas teórico-metodológicas heterodoxas de ensino-aprendizagem e de elaboração textual em contraposição àquelas enraizadas nos contextos escolares.

Resultados e discussão

Dividimos, didaticamente, a apresentação dos resultados da pesquisa em duas subseções, em consonância com os objetivos dispostos ao longo do trabalho: de um lado, (I) a análise do material didático do Programa Brasil na Escola e, do outro, (II) a análise do questionário aplicado a três professores/monitores do programa referido que atuam em escolas de Capanema, PA.

O eixo da produção textual no material didático do Programa Brasil na Escola

A análise concentrou-se no exame do eixo de produção textual e sua avaliação que orienta a constituição do material didático do programa do governo federal. Diante da fundamentação teórica utilizada neste trabalho, conseguimos notar que muitas das atividades de elaboração textual coincidiram com a concepção sociointeracionista de língua e de texto. O material revela um alinhamento às atividades de produção textual voltadas para a elaboração de gêneros discursivos oriundos das mais diversas esferas comunicativas que supõem se

constituírem como parte da vivência dos alunos dos anos finais do ensino fundamental como, por exemplo, o infográfico, o diário pessoal e a resenha. Em produções como a de uma notícia escrita de jornal, presente na tarefa de número 7 (sete) do caderno do monitor, encontramos uma atividade voltada à elaboração desse gênero, em que as instruções previam etapas para o contato com o gênero referido, o reconhecimento de suas características, uma proposta de oralização e outras etapas necessárias à produção textual.

Nas orientações voltadas aos monitores, o material procura guiar as propostas de elaboração textual por meio de atividades progressivas de planejamento, escrita, reescrita e revisão, a serem colocadas em prática na mediação da utilização do material junto aos alunos. Na etapa reservada para a produção textual, são sugeridas ao monitor orientações para ler a proposta com os alunos, explicá-la, discutir as possíveis dúvidas, sugerir e incentivar os estudantes à escrita, à criação e à reescrita, compreendendo o processo de planejamento e elaboração do gênero proposto por meio de fases distintas que encaminham ao resultado.

A avaliação dessa produção textual, nessa perspectiva, encontra eco em uma ferramenta didática disposta ao final da realização de cada tarefa, na qual é possível registrar o progresso dos alunos, perceber em qual das etapas se encontram no desenvolvimento da atividade de produção do gênero e compreender se conseguem alcançar os objetivos traçados na atividade, permitindo ao professor/monitor o reconhecimento das dificuldades dos estudantes no módulo e quais seriam as estratégias adotadas a fim de minimizá-las no âmbito da produção textual.

No entanto, não podemos desconsiderar, a despeito da formatação das atividades propostas no material, que, tanto o contexto em que se insere o Programa Brasil na Escola quanto a ação dos monitores está circunscrita em uma esfera institucional de ensino constituída e alinhada, da organização curricular ao processo de avaliação, de acordo com determinada concepção de ensino-aprendizagem, de língua e de texto. O material didático fornecido encontra-se imiscuído em uma outra concepção de língua e de texto que se contrapõe à ação dos professores nas escolas. O programa governamental, com suas bases teórico-metodológicas, não modifica a maneira como a escola é gerida; antes, serve-se de lacunas de tempo, de turno e de disponibilidade de salas para se desenvolver na instituição, o que traz implicações para a efetividade da utilização desse material didático.

A perspectiva dos monitores sobre a produção textual e sua avaliação

Na fase inicial da investigação, verificamos quais são os princípios que subjazem a proposta de produção textual e sua avaliação no material didático do Programa Brasil na Escola. Desse modo, a discussão desenvolvida nesta subseção engendra-se da hipótese de que, em linhas gerais, o material didático ofertado às escolas, por questões exteriores ao próprio livro e às suas concepções, encontra percalços para aplicação, em consonância com as orientações e propostas dispostas ao longo do instrumento pedagógico. Esses percalços podem estar relacionados às condições em que se encontra o contexto escolar, seja em relação à estrutura física das instituições, ao tempo disponível para as aulas dos monitores voluntários e/ou à quantidade de alunos por turmas.

Nesse ínterim, nossa discussão concentra-se na análise das respostas de três monitores participantes do programa no município de Capanema, PA. Com a aplicação dos questionários por meio da plataforma *Google Forms*, foi-nos possível compreender a perspectiva dos monitores sobre o processo de produção textual proposto no material do programa e sobre sua efetiva aplicação no contexto escolar, ou seja, no cotejamento de sua utilização e de como essas práticas textuais se introduzem na vivência das escolas onde atuam.

Graduandos do curso de Letras Língua Portuguesa, com idade média de 25 (vinte e cinco anos), os monitores voluntários do Programa Brasil na Escola que contribuíram com nossa pesquisa atuam no eixo de linguagens, em três escolas estaduais, conforme revelaram em resposta ao questionário. Endossam, majoritariamente, a avaliação positiva do material didático fornecido e do processo de produção textual e avaliação aí proposto. No entanto, apontam as limitações da aplicação do material nos ambientes educacionais em que lecionam, principalmente, com relação às condições de execução considerando as limitações das instalações das escolas (infraestrutura) e de seu funcionamento (tempo disponibilizado para as aulas, acessibilidade do material pedagógico a estudantes, utilização de outros recursos didáticos). Destacam também os modos como a prática de produção textual, pouco explorada no cotidiano das aulas regulares, atravança o funcionamento das atividades propostas no material do programa governamental. O depoimento dos monitores revela, também, que a proposta de avaliação da produção textual no instrumento mencionado distingue-se da abordagem adotada pelas escolas e pelos professores aí atuantes, caracterizada, segundo aqueles, como uma abordagem de caráter extremamente somativo, embasada em uma prática artificial e bastante pontual de elaboração de textos.

Aspecto que, nesse sentido, assemelha-se com o que aponta Marcuschi (2007) quanto à adoção do modelo da redação escolar clássica, que, em muitos casos, quando não está presente, dá lugar, como bem mencionou um dos respondentes, à simples exclusão da produção textual da sala de aula. Além disso, essa concepção de produção de textos e de avaliação praticada nas escolas em que atuam os monitores interferia no modo como os alunos portavam-se diante das tarefas de elaboração textual após a primeira intervenção aos seus textos por parte desses professores. O trabalho progressivo de escrita, revisão, reescrita e revisão, o qual orienta a metodologia do material didático do Programa Brasil na Escola, confrontava a perspectiva incutida na prática dos estudantes, que se negavam a reescrever os textos, como se o texto, ainda em sua primeira versão, estivesse impossibilitado de ser refeito.

Com isso, notamos o quanto os modos como se organizam a produção e a avaliação textual no material didático supracitado e os modos pelo qual é, por meio do ponto de vista dos monitores, aplicado em sala de aula encontra-se em contraposição nas fases principais do processo de elaboração textual, o que incide diretamente nos procedimentos avaliativos dos textos e dos alunos. Com uma concepção de língua e de texto distinta daquela apresentada pelo material do Programa Brasil na Escola, e, conseqüentemente, uma visão de ensino-aprendizagem discrepante daquela observada nas aulas de Língua Portuguesa das escolas onde atuavam os monitores respondentes do questionário, a articulação necessária da ação do Governo Federal e da Secretaria de Educação Básica (SAEB) com os estados e municípios situa-se em uma zona de impasse gerada pelos desencontros entre uma mentalidade uniformizadora do programa e do material didático e o contexto autêntico e diverso das instituições escolares do país.

Considerações finais

As perspectivas dos monitores do Programa governamental Brasil na Escola coadunam-se com a hipótese de que, à parte a concepção de língua e de texto do material didático obsequiado às escolas e às práticas de produção textual e avaliação subsumidas nele, a aplicação do material pedagógico em sala de aula desarmoniza-se com as especificidades do contexto escolar, suas características infraestruturais, metodológicas, avaliativas, incorrendo nas complicações geradas na realização das propostas de produção textual e de avaliação tomadas por esses sujeitos a partir das orientações do material didático.

Diante disso, retomemos o duplo objetivo traçado para este estudo, pautado na

identificação da abordagem teórica subjacente às propostas de produção textual do material didático do referido programa, incluindo-se a forma de avaliação aí prevista e na averiguação das possibilidades de utilização desse material, a partir das perspectivas de monitores voluntários, considerando o contexto educacional em que as práticas textuais se inserem na realidade das escolas estaduais e municipais onde atuam. A análise do material, em confronto com as respostas dadas pelos sujeitos colaboradores da pesquisa, resultou na percepção de que, além da incompatibilidade entre as concepções e práticas pressupostas no material didático e aquelas arraigadas aos contextos escolares em que atuam os monitores, o que pode limitar sua utilização, na mediação das propostas do material junto aos alunos, evidenciou-se a carência de condições melhores de trabalho (disponibilidade de salas, duração maior das aulas, recursos didáticos etc.) e maior autonomia das suas práticas enquanto professores, a fim de obterem maior eficiência na execução das tarefas de produção textual com os discentes.

Dessa forma, compreendemos que não se trata somente de desenvolver de maneira homogeneizante um material que contemple formas eficazes de obter desempenhos mais satisfatórios nos processos de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, neste caso, no tocante às práticas de produção textual e sua avaliação, mas perceber que os espaços escolares são distintos e necessitam de instrumentos, para além, inclusive, do material didático, no intuito de integrar os múltiplos aspectos da língua, da produção e avaliação textual. Trata-se, entre outras possibilidades, da necessidade de investir em articulações entre os sujeitos que compõem a gestão da educação pública e elaboram os programas educativos e os sujeitos que a vivenciam nos contextos reais e diversos em que ela se materializa pelo país afora.

Referências

ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Em terra de surdos-mudos (um estudo sobre as condições de produção de textos escolares). In: GERALDI, João Wanderley (org.); ALMEIDA, Milton José de. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2011. p. 92-98.

GERALDI, João Wanderley (org.); ALMEIDA, Milton José de. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2011.

MARCUSCHI, Beth. O texto escolar: um olhar sobre sua avaliação. In: MARCUSCHI, Beth; SUASSUNA, Lívia (org.). **Avaliação em língua portuguesa: contribuições para a prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 61-64.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Textual production and its evaluation in the Portuguese language didactic material of the Brazil at School Program: from the theoretical perspective to the use in the school context

ABSTRACT: In this work, the textual production in the didactic material of Portuguese Language of the Brazil at School Program is focused with a double objective: to identify the theoretical approach underlying the proposals for text production, including the form of evaluation foreseen; To investigate the possibilities of using this material, from the perspectives of volunteer monitors, considering the educational context in which the textual practices are inserted in the reality of the state and municipal schools where they work. Thus, a study of this document was carried out, as well as a data collection through the application of a questionnaire to three monitors who work in the program, in different educational institutions in the municipality of Capanema, PA, based on their experience with the use of the material. It was found that the conceptions of language and text adopted in the approach of textual production and its evaluation in the didactic material analyzed conflict with the emerging conceptions in the school context and with the structural conditions of the institutions in which the monitors work, which generates difficulties in its effective orientation and application.

Keywords: Brazil at School Program; Textual production; Evaluation.

<p>Recebido em 23 de abril de 2024 Aprovado em 17 de maio 2024 Publicado em 29 de junho de 2024</p>
--